



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0002889-75.2003.8.17.0420 (0268715-0)**

**COMARCA: CAMARAGIBE**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

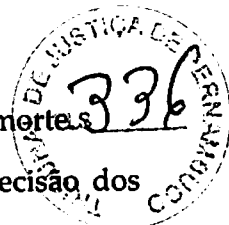
**APELANTE: JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

APELAÇÃO CRIMINAL. DUPLO HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA E DE QUE A DECISÃO FOI MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. OPÇÃO DOS JURADOS POR UMA DAS TESES APRESENTADAS NO DECORRER DO PROCESSO. QUALIFICADORAS DE MOTIVO FÚTIL E UTILIZAÇÃO DE RECURSO QUE DIFICULTOU OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. DECISÃO DOS JURADOS LASTREADA NO ACERVO PROBATÓRIO. MANUTENÇÃO DO VEREDICTO CONDENATÓRIO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO UNANIMEMENTE.




1. Induvidosa a existência do fato, o nexo de causalidade e o resultado morte.
2. Apenas será determinada a realização de novo julgamento se a decisão dos Jurados se apresentar manifestamente contrária à prova dos autos, o que não ocorreu na espécie.
3. Na hipótese vertente, verificou-se que os Jurados optaram por albergar uma das teses esposadas no julgamento, sendo certo que a versão de que o réu foi um dos autores dos homicídios narrados na denúncia encontra ressonância no acervo probatório.
4. O reconhecimento das qualificadoras de motivo fútil e utilização de recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima foi exercido com a devida disciplina intelectual pelo Corpo de Jurados, com esteio em provas angariadas aos autos.

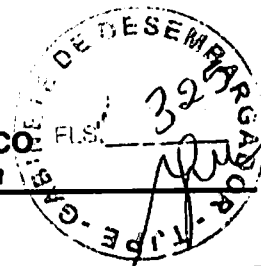
### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0002889-75.2003.8.17.0420 (0268715-0), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso de apelação**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 22 de 03 de 20 13

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0002889-75.2003.8.17.0420 (0268715-0)**

**COMARCA: CAMARAGIBE**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a decisão do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Camaragibe que, em sessão de julgamento realizada em 02 de junho de 2012, proferiu veredicto condenatório por entender que o réu JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR praticou o crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 29, e art. 288, todos do Código Penal, pelo qual foi condenado à pena de 14 (catorze) anos de reclusão para o crime de homicídio qualificado praticado contra a vítima Cléber José da Silva e 14 (catorze) anos de reclusão para o crime de homicídio qualificado praticado contra a vítima Breno Celestino de Souza.

Em seguida, em face da incidência do art. 69 do Código Penal, as penas foram cumuladas, totalizando uma reprimenda de 28 (vinte e oito) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado.

Segundo a peça acusatória, no dia 27 de outubro de 2003, ADALBERTO SANTOS DE MEDEIROS, vulgo "Beto", JANUÁRIO NUNES DOS SANTOS NETO, vulgo "Júnior Galego"; EMERSON CARLOS DOS SANTOS, vulgo "Binha"; ALBERTO SANTOS CANUTO, vulgo "Toca", e JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR, vulgo "Júnior Moreno", mediante emprego de arma de fogo, assassinaram os menores Breno Celestino de Souza, conhecido por "Breninho", e Cléber José da Silva, conhecido por "Kleiton", cujos corpos foram encontrados na Av. Cel. José Maria Latin, nas proximidades do Bar Poeirão, no Município de Camaragibe.

Narra a proemial acusatória que Valéria da Silva de Santana, companheira da vítima Cléber José da Silva, afirmou perante a autoridade policial que seu companheiro havia sido ameaçado de morte por "Binha" em razão de este pensar que "Kleiton", como Cléber era conhecido, "havia se apoderado da maconha que era dos meninos em Cosme e Damião".

Registra a denúncia que, segundo a citada testemunha Valéria, é voz corrente no local que os autores do duplo homicídio foram "Beto", "Toca", "Binha" e "Juninho Galego".

Consta da peça vestibular que, consoante relato da referida testemunha, existem comentários de que "Beto" e "Toca" ficaram com a vítima Breno, enquanto que "Binha" correu atrás de Cleiton, deflagrando tiros nas costas do citado ofendido, o qual caiu, ocasião em que "Binha" se aproximou da vítima e efetuou mais dois disparos em sua cabeça, terminando de assassiná-la, enquanto "Júnior Galego" ficou na Kombi dando cobertura aos criminosos, utilizando o referido veículo para levar os criminosos ao local do crime.

Relata a denúncia que, segundo a testemunha MacDowell, **Florianópolis** dos Santos, "Juninho Moreno", após dar um tapa nas costas da vítima Breno, efetuou vários disparos de arma de fogo na cabeça e nas costas do referido ofendido, que caiu ao solo.

Noticia a denúncia que o crime foi motivado em razão da Breno e Cleiton estarem roubando no Bairro e também por causa em virtude de Cleiton haver mantido um caso com a mulher de "Júnior Moreno".

Em face de tal conduta, **ADALBERTO SANTOS DE MEDEIROS, JANUÁRIO NUNES DOS SANTOS NETO, EMERSON CARLOS DOS SANTOS, ALBERTO SANTOS CANUTO e JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR**, foram denunciados como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 29, e art. 288, todos do Código Penal.

Às fls. 90/94 consta a sentença exarada pelo magistrado processante dando conta da pronúncia dos acusados nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 29, e art. 288, todos do Estatuto Repressivo.

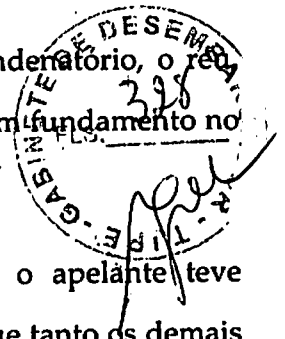
Por não se conformar com a decisão de pronúncia, interpôs **JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR**, através do seu defensor, Recurso em Sentido Estrito, sendo certo que em sessão de julgamento realizada em 02 de agosto de 2007, a 1ª Câmara Criminal desta Corte de Justiça, à unanimidade de votos, negou provimento ao citado recurso, conforme se vê às fls. 156/157.

Contra o aludido acórdão a defesa do réu interpôs novo Recurso em Sentido Estrito, conforme se vê à fl. 167. Às fls. 192/193 foi exarada decisão pelo Desembargador Vice-Presidente desta Corte de Justiça não conhecendo do recurso interposto pela defesa por se tratar de erro grosseiro.

Sentença prolatada às fls. 280/281.

Ata da Sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Camaragibe lavrada às fls. 282/285.

Não se resignando com os termos do veredicto condenatório, o réu, por intermédio de defensor privado, interpôs recurso de apelação, com fundamento no art. 593, III, "d", do CPP, cujas razões se encontram às fls. 300/303.



Alega a defesa que não existem provas de que o apelante teve qualquer participação nos homicídios descritos na denúncia. Aduz que tanto os demais acusados como as testemunhas do Ministério Público não apontaram o ora recorrente como sendo o autor dos crimes a ele imputados.

Sustenta que o único testemunho que embasou a condenação do réu não merece credibilidade, visto que foi proferido por MacDowell Floriano dos Santos, indivíduo viciado em drogas e voltado para a prática de crimes.

Ao final, pugna a defesa pelo provimento do recurso a fim de que o julgamento ao qual foi submetido o ora apelante seja anulado e o réu levado a novo júri.

O Ministério Público, por intermédio de sua representante, ofertou contra-razões ao apelo às fls. 304/305, requerendo o improvimento do apelo.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por intermédio do parecer de fls. 320/322, opinando pelo improvimento do recurso.

**É O RELATÓRIO. À DOUTA REVISÃO.**

Recife, 22 de novembro de 2012.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0002889-75.2003.8.17.0420 (0268715-0)**

**COMARCA: CAMARAGIBE**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**VOTO**

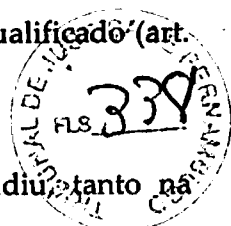
Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Nesta instância de reiteração jurisdicional **JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR** interpõe, por intermédio de advogado privado, o presente recurso de apelação contra a decisão do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Camaragibe que proferiu veredicto condenatório em seu desfavor, razão pela qual foi condenado à pena de 28 (vinte e oito) anos de reclusão, a ser cumprida no regime

inicialmente fechado, pela prática do crime de homicídio duplamente qualificado (art. 121, incisos II e IVI, do Código Penal), duas vezes.



O Tribunal Popular, é de bom alvitre ressaltar, decidiu, tanto na primeira como na segunda série de quesitos, que o réu foi um dos autores dos disparos de arma de fogo que ceifaram a vida das vítimas Cléber José da Silva e Breno Celestino de Souza (2º Quesito, fls. 273/274), assim como reconheceu que o réu cometeu o crime por motivo fútil (4º Quesito), bem como praticou o ilícito mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima (5º Quesito).

Sem preliminares a enfrentar, passemos ao exame do mérito recursal.

O art. 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal, autoriza apelação contra decisão proferida pelos Jurados no Tribunal do Júri, quando o *verdictum* mostrar-se manifestamente contrário à prova dos autos.

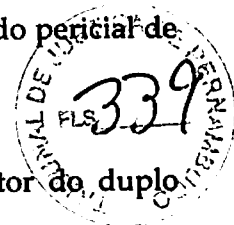
Desta forma, a anulação do julgamento pelo Conselho de Sentença somente é possível quando a decisão proferida pelo Corpo de Jurados encontrar-se integralmente desgarrada de todos os elementos probatórios constante dos autos. A *contrario sensu*, havendo provas que amparem a decisão dos Jurados não há que se falar em anulação do julgamento, desimportando o fato de existir número maior de elementos apoiando eventuais teses rejeitadas pelo Júri.

No caso dos autos, os Jurados, ao responderem aos quesitos, acolheram uma das teses presentes no processo, qual seja, a da acusação, que demonstrou suficientemente que a autoria delitiva recai sobre o réu nos dois crimes que lhe são imputados.

Destarte, a decisão do Conselho de Sentença não desborda da prova produzida; ao revés, alberga a acusação ministerial, vez que comprovado nos autos que o réu participou da empreitada criminosa que culminou com as mortes dos indigitados ofendidos.



A materialidade do crime descrito na denúncia está consubstanciada nas peças do inquérito policial, na Perícia Tanatoscópica de fl. 18 e no laudo pericial de Exame em Local de Duplo Homicídio de fls. 62/65.



Ao ser interrogado em plenário o réu negou ser o autor do duplo homicídio a ele imputado (fls. 271/272):

“(...) que não é verdadeira a acusação que lhe é feita; que é inocente; que conhece todos os acusados mas não tem amizade com nenhum deles; que a vítima Kleiton era cobrador de uma Kombi na qual o depoente trabalhava como motorista (...) que conhecia também a outra vítima, mas não tinha amizade nem inimizade com a mesma; que no dia dos fatos não encontrou os outros réus e nem as vítimas; que soube da morte das vítimas no dia seguinte aos fatos através de comentários no bairro; que desconhece os motivos pelos quais seu nome foi envolvido neste processo (...)”.

Dimana dos autos, no entanto, outra versão dos fatos, onde o ora apelante é apontado com um dos autores dos homicídios narrados no processo. A testemunha MacDowell Floriano dos Santos, conhecido por “Maquei”, narrou perante a autoridade policial como se deu a empreitada criminosa (fls. 16/17):

“Que no dia 26 de outubro do corrente ano, por volta das 22:00 horas chegou no bar de Zé Claudino, no UR-7, próximo à Praça da Periquita, sozinho, onde passou a beber vinho, salientando que as vítimas Breno e Cleiton chegaram naquele local por volta das 23:00 horas daquele dia, juntos onde passaram a beber na sua companhia vinho; que o menor conhecido por Paican estava naquele local e também se juntou ao depoente, às vítimas Breno e Cleiton onde todos beberam vinho até as 00:30 hora; que Juninho Galego e Juninho Moreno também estavam no bar citado; que Juninho Moreno e Juninho Galego ficaram no citado quando o depoente e seus colegas saíram; que todos foram conversando e ao chegarem na rua General José Maria Latin, no Cosme e Damião, nesta cidade, observou que surgiu um indivíduo na rua da Locadora, de vulgo Juninho Moreno, o qual estava com um revólver calibre 38 na mão, tendo se dirigido para o lado onde estava

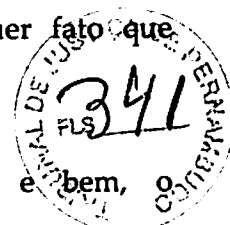
o depoente e demais pessoas que acompanhavam; que o depoente e demais pessoas correram para trás, no entanto surgiram mais dois indivíduos, o caso os de vulgos Beto e Toca; que Beto estava com uma pistola e Toca estava com um revólver calibre 38; que Juninho Moreno foi logo dando um tapa na vítima Breno, em suas costas, salientando que Breno colocou a camisa na na cabeça dizendo "Não sou eu não", ocasião em que Juninho Moreno disse "Cale a boca, ninguém está perguntando se é você", após o que efetuou vários tiros contra Breno na cabeça e nas costas, (...) que enquanto Juninho Moreno executava a vítima Breno, Beto e Toca ficaram com Cleiton, conversando com ele, mas sempre com as armas em punho; que Cleiton ainda apelou para Beto e Toca dizendo "Não faça isso não", ocasião em que Toca deu um murro em Cleiton e após isso Beto deflagrou três tiros na cabeça do mesmo (...) que após o depoente presenciar o crime, o Toca mandou o depoente correr, o que efetivamente correu, sendo que Toca ainda efetuou dois tiros contra o depoente, mas graças a Deus não foi atingido por nenhum projétil (...) que o motivo do crime em tela foi porque Cleiton e Breno estavam roubando no bairro e também por causa de mulher, ou seja, porque Cleiton teve caso com a mulher de Juninho Moreno (...)"

A informante Neuza Maria de Oliveira, genitora da vítima Cléber José da Silva, prestou as seguintes declarações em juízo (fls. 58/59):

"(...) que seu filho também era conhecido por Cleyton, que o mesmo começou a trabalhar para Júnior Galego e Júnior Moreno como cobrador de Kombi aos 11 anos de idade (...) que segundo tomou conhecimento o motivo do crime foi por conta de uma mulher (...) que segundo soube através de comentários da pessoa de Maquei que foi assassinado recentemente os assassinos do seu filho e de Breno foram os acusados, que Maquei presenciou os crimes (...)"

As testemunhas Ernande Cassiano de Aguiar, Luiz Francisco da Silva, José Mariano dos Santos, Nelson Martins de Melo e Rogério Augusto da Silva, arroladas pela defesa, declararam em juízo que não presenciaram os fatos narrados na

exordial acusatória, afirmando, no entanto, que desconheciam qualquer fato que desabonasse a conduta do apelante (fls. 65/69).



Há esclarecedoras narrativas, pois, que amparam, e bem, o entendimento manifestado pelo Conselho de Sentença, bastando que se verifique o teor dos relatos efetivados pela testemunha MacDowell Floriano dos Santos e da informante Neuza Maria de Oliveira.

Apreende-se, assim que foram duas as vertentes narratórias quanto aos fatos ao longo dos autos, o que legitimou o resultado advindo da apreciação do Tribunal do Júri, no momento em que se ateve a uma delas e, no caso, convalidou o teor acusatório, à luz de seu convencimento próprio.

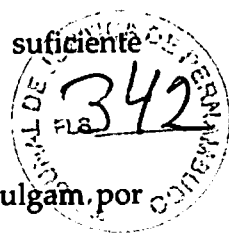
Afinal, a negativa de autoria apresentada pelo ora apelante não foi o único entendimento viável quanto ao ocorrido, considerando-se os elementos dos autos.

Ademais, por força de todos os depoimentos, constata-se que há efetivo arrimo para o entendimento albergado pelo egrégio Conselho de Sentença, já que a versão do ora recorrente não era a única linha narratória quanto aos fatos.

Não há, pois, como se cogitar de decisão manifestamente contrária à prova dos autos quanto ao caso em tela. Nesse sentido:

**DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS.**  
Não configura decisão manifestamente contrária à prova dos autos aquela em que o Conselho de Sentença, depois de aquilatar as teses verossímeis que lhe são expostas, escolher a que entender correta, tendo como referencial o conjunto probatório. Para enquadrar-se na alínea "d" do inciso III do artigo 593 do CPP, a decisão deve ser flagrantemente destituída de qualquer apoio nos autos, isto é, arbitrária, dissociada do conjunto probatório (Apelação Crime Nº 70039360698, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 10/11/2011)

Em relação às qualificadoras inscritas no art. 121, incisos II e IVI, do Código Penal, vislumbra-se que, da mesma forma, há substrato probatório suficiente para autorizar o reconhecimento da incidência das indigitadas majorantes.



Ademais, não pode ser olvidado que os senhores jurados julgam por íntima convicção, podendo estribar seu convencimento em qualquer elemento de prova constante do caderno processual, aí incluindo-se o inquérito policial.

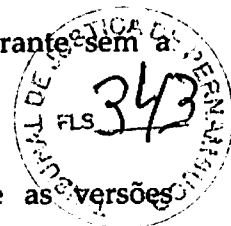
Afinal, ao Conselho de Sentença é possibilitada a aferição de feito de capa a capa, podendo formar seu convencimento a partir de qualquer dado constante dos autos. Esguardando os autos verifica-se a existência de vertente probatória dando conta que o ora apelante perpetrou os homicídios narrados nos autos em razão da vítima Cléber José da Silva haver mantido um caso com a mulher do réu.

Nessa esteira, tem-se que a decisão emanada dos senhores jurados, ao reconhecer a qualificadora de motivo fútil, não está ao desamparo de meio prova, não sendo, pois, manifestamente contrária à prova dos autos. Neste sentido:

Ementa: (...) QUALIFICADORA - MOTIVO FÚTIL. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA QUANTO A QUE TENHA SIDO RECONHECIDA. (...) Ademais, não pode ser olvidado que os senhores jurados julgam por íntima convicção, podendo estribar seu convencimento em qualquer elemento de prova constante do caderno processual, aí incluindo-se o inquérito policial. Afinal, ao Conselho de Sentença é possibilitada a aferição de feito de capa a capa, podendo formar seu convencimento a partir de qualquer dado constante dos autos. Nesse esteira, tem-se que a decisão emanada dos senhores jurados, ao reconhecer a qualificadora de motivo fútil, não está ao desamparo de meio prova, não sendo, pois, manifestamente contrária à prova dos autos (...). (Apelação Crime Nº 70035586577, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laís Rogéria Alves Barbosa, Julgado em 27/01/2011)

O mesmo raciocínio deve ser aplicado quanto à análise da qualificadora de emprego de recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da

vítima. Os autos trazem sedimento probatório dando conta que as vítimas foram pegas de inopino, cercadas por quatro elementos armados, razão pela qual não se pode cogitar que o Conselho de Sentença reputou presente a referida majorante sem a necessária disciplina intelectual.



O Conselho de Sentença apenas escolheu uma entre as versões consubstanciadas no conjunto probatório. Desta forma, inviável, é a cassação do veredicto. Não podemos esquecer que: (a) "O advérbio "manifestamente", constante do art. 593, III, d, do CPP, autoriza os jurados a apoiarem-se em qualquer prova dos autos, não cabendo questionar-se se tal prova é a melhor ou se foi corretamente valorada." (passagem da ementa do AO 1047 ED/RR, Relator MINISTRO JOAQUIM BARBOSA, j. em 19/12/2008, Tribunal Pleno); (b) o Júri "é soberano no seu pronunciamento e tal decisão deve ser atendida pelo Tribunal Superior, que não é árbitro do veredictum".; e, (c) a opção, pelos jurados, por uma das versões constante dos autos não autoriza a cassação do veredicto. Trata-se de orientação dominante, tanto na doutrina como na jurisprudência.

Em vista dos fundamentos aqui alinhados, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em harmonia com a manifestação ministerial, voto pelo improvimento do recurso de apelação interposto por JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR, mantendo incólume a decisão soberana do Tribunal Popular da Comarca de Camaragibe.

**É COMO VOTO.**

Recife, 22 de maio de 2013

  
Des. Gustavo Augusto Lima

**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

---

APELAÇÃO Nº 0002889-75.2003.8.17.0420 (268715-0)  
APELANTE : JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
RELATOR : GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA  
REVISOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
COMARCA : CAMARAGIBE – 1ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADOR : JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO

---

**VOTO DE REVISÃO**

**JOÃO EMÍDIO DA CUNHA JÚNIOR, conhecido como JUNIOR MORENO**, insurge-se contra a sentença de fls. 280/281, que com base na decisão do Tribunal do Júri, o condenou a pena consolidada de 28 anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente fechado, pela prática do delito capitulado no art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal (duas vezes).

O apelante apresentou razões recursais às fls. 300/303, alegando que o Conselho de Sentença decidiu de forma contrária a prova dos autos, sob o argumento de que inexistente nos autos prova idônea da sua participação no fato delituoso.

Pugna, ao final, pela sua submissão a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

O representante ministerial ofertou contrarrazões às fls. 304/305, pugnando pelo improvimento do apelo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

A Procuradoria de Justiça, pelo Procurador José Augusto dos Santos Neto, ofertou parecer às fls. 320/322, opinando pelo improvimento do recurso.

Pois bem.

Narra a denúncia que no dia 27 de outubro de 2003, em Camaragibe, o apelante, juntamente com outros quatro acusados, fazendo uso de arma de fogo, ceifaram a vida dos menores BRENO CELESTINO DE SOUZA (BRENINHO) e CLEBER JOSÉ DA SILVA (CLEITON).

Ainda segundo a peça acusatória, a motivação do crime está relacionada ao fato das vítimas estarem praticando roubos no bairro e da vítima CLEITON ter tido um envolvimento amoroso com a mulher do apelante.

Examino:

A materialidade é incontroversa.

A insurgência defensiva reside apenas no reconhecimento da participação do apelante no delito.

Pois bem.

O apelante esteve em local incerto e não sabido durante toda a instrução processual. Por essa razão, só foi interrogado em plenário, ocasião em que negou sua participação no crime, alegando que no dia em questão não esteve nem com os denunciados nem com as vítimas, só tendo tomado conhecimento do falecimento destas no dia seguinte.

Contudo, há nos autos prova suficiente a amparar a decisão do Conselho de Sentença.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Um "colega" das vítimas, MAC-DOWELL FLORIANO DOS SANTOS, conhecido como "MARQUEI", que presenciou o crime, na fase inquisitorial, relatou em detalhes como se deu a execução das mesmas:

"Que, no dia 26 de outubro do corrente ano, por volta das 22:00 horas chegou no bar de Zé Claudinho, NO ur-07, próximo à Praça da Periquita, sozinho, onde passou a beber vinho, salientando que as vítimas 'BRENO' E 'CLEITON' chegaram naquele local por volta das 23:00 horas daquele dia, juntos onde passaram a beber na sua companhia vinho; que o menor conhecido por PAIACAN estava naquele local e também se juntou ao depoente, as vítimas 'BRENO' E 'CLEITON' onde todos beberam vinho até às 00:30 hora; Que, 'JUNINHO GALEGO' e 'JUNINHO MORENO' também estavam no bar citado, no entanto o depoente não viu a hora em que eles ali chegaram; QUE, o depoente, BRENO, PAIACAN e CLEITON saíram daquele local, salientando o depoente iria dormir na casa de BRENO, juntamente com o menor PAIACAN; QUE, 'JUNINHO MORENO' e 'JUNINHO GALEGO' ficaram no citado quando o depoente e seus colegas saíram; QUE, todos foram conversando e ao chegarem na rua General José Maria Latin no Cosme e Damião, nesta cidade, **observou que surgiu um indivíduo na rua da Locadora, de vulgo 'JUNINHO MORENO', o qual estava com um revólver calibre 38 na mão, tendo se dirigido para o lado onde estava o depoente e demais pessoa que acompanhavam; QUE, o depoente e demais pessoas correram para trás, no entanto surgiram mais dois indivíduos, no caso os de vulgos 'BETO' e 'TOCA'; que 'BETO' estava com uma pistola e 'TOCA' estava com um revólver calibre 38; QUE, 'JUNINHO MORENO' foi logo dando um tapa na vítima BRENO, em suas costas, salientando que BRENO colocou a camisa na cabeça, dizendo: 'NÃO SOU EU NÃO', ocasião em que JUNINHO MORENO disse: 'CALE A BOCA, NINGUÉM ESTÁ PERGUNTANDO SE É VOCÊ', após o que efetuou vários tiros**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**contra BRENO na cabeça e nas costas, sendo salientando que ao receber o primeiro tiro BRENO gritou: 'Ai, Ai', após o que caiu ao solo sendo executado; QUE, enquanto JUNINHO MORENO executava a vítima BRENO, BETO E TOCA ficaram com CLEITON, conversando com ele, mas sempre com as armas em punho, QUE, CLEITON ainda apelou para BETO E TOCA dizendo: 'NÃO FAÇA ISSO NÃO', ocasião em que TOCA deu um murro em CLEITON e após isso BETO deflagrou três tiros na cabeça do mesmo; (...) QUE, após o depoente presenciar o crime, o TOCA mandou o depoente correr, o que efetivamente correu, sendo que TOCA ainda efetuou dois tiros contra o depoente, mais Graças a Deus não foi atingido por nenhum projétil; (...) QUE o motivo do crime em tela foi porque CLEITON e BRENO estavam roubando no bairro e também por causa de mulher, ou seja, porque CLEITON teve caso com a mulher de JUNINHO MORENO; (...)". (grifos nossos)**

A narrativa acima encontra amparo nas declarações da genitora da vítima "CLEITON", NEUZA MARIA DE OLIVEIRA, que, em juízo, às fls. 58/60, **confirmou não só que a motivação criminosa foi "uma mulher", como também ter tomado conhecimento através de "MARQUEI" que os assassinos do seu filho são "os acusados".**

Nesse contexto, o Conselho de Sentença optou pela tese esposada pela acusação em juízo, que, como visto, guarda sintonia com o conjunto probatório.

Não se admite a submissão a novo julgamento pelo Tribunal Popular quando o veredicto do Conselho de Sentença fundar-se em uma das versões apresentadas em plenário com suporte na prova. Para novo julgamento se faz necessário que a sentença seja manifestamente contrária às provas dos autos. Entendimento diverso afrontaria o caráter soberano inerente ao veredicto do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

---

Tribunal do Júri, previsto no artigo 5º, XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal.

Ressalto que a possibilidade de anulação do julgamento prevista no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, opera-se exclusivamente quando o Conselho de Sentença decide arbitrariamente, dissociado de toda e qualquer evidencia probatória. Como visto, não é o caso dos autos.

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao apelo**, mantendo integralmente a sentença condenatória.

É como voto.

Recife, 22 de *março* de 2013 .

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Revisor